



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 23/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10051/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Francisco Costa dos Santos, Prefeito Municipal de Carauari.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 172/2014 (fls. 3818/3819).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 952/2014-MP-RMAM do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 3820/3837).
- 8- **Relator:** Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das contas anuais da **Prefeitura Municipal de Carauari**, referente ao **exercício de 2011**, de responsabilidade do Sr. **FRANCISCO COSTA DOS SANTOS**, Prefeito e Ordenador de Despesas, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição do Estado do Amazonas, de 1989 c/c os art. 1º, I e art. 29º, ambos da Lei nº 2423/96 e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997;

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de maio de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 23/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro- Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 78FA4CD8-BB6264CC-C70005C2-A97796B2



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 23/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2014)

1- Processo TCE nº 10051/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Francisco Costa dos Santos, Prefeito Municipal de Carauari.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 172/2014 (fls. 3818/3819).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 952/2014-MP-RMAM do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 3820/3837).

8- Relator: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2011.

Contas irregulares. Alcance. Recomendações à origem. Multas ao responsável. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva e inscrição na dívida ativa.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1 - Julgar Irregular, a Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Carauari, exercício de 2011**, de responsabilidade do **Sr. FRANCISCO COSTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal**, enquanto Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, II e 22, III, “b)” da Lei nº 2.423/96 c/c o art.188, §1º, III, “b)” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.2 - Aplicar GLOSA, considerando em **ALCANCE** o Sr. **FRANCISCO COSTA DOS SANTOS**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Carauari, no **exercício de 2011**, nos termos dos artigos 304, inciso II, c/c 305, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), no valor de R\$ **2.610.400,83** (dois milhões, seiscientos e dez mil, quatrocentos reais e oitenta e três centavos), pela não comprovação do saldo registrado no Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Termo de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 23/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2014)

Conferência de Caixa, conforme restrição nº 11 (fl. 22), do Relatório Conclusivo do Setor Técnico;

9.1.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da glosa no valor de R\$ R\$ 2.610.400,83 (dois milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos reais e oitenta e três centavos), pelo **Sr. FRANCISCO COSTA DOS SANTOS, Prefeito e Ordenador de Despesas**, aos cofres do **Tesouro da Fazenda Municipal de Carauari**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96, art. 169, I e art. 174, da Resolução nº 04/02, autorizando-se desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.1.4 - Recomendar à origem a estrita observância das normas legais aplicáveis, notadamente da Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), bem como a Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte e ainda que:

- a) Providencie ações que visem ao envio tempestivo dos dados informatizados e os demonstrativos contábeis via ACP-TCE/AM, conforme disposto nos art. 3º e 4º da Res. nº 07/2002-ACP/TCE/AM;
- b) Providencie ações para a implantação do controle interno, exigido pelo art. 70 c/c art. 74 da Constituição Federal de 1988
- c) Providencie ações que visem ao controle do horário de entrada e saída no ponto dos servidores daquela Prefeitura Municipal de Carauari;
- d) Providencie ações que visem sanar as irregularidades no Fundo Municipal de Previdência, em contrariedade com o art. 1º da Lei 9.717/98 e os atos normativos do Ministério de Previdência Social, já que é de competência do Ente Municipal o controle funcional das Unidades Gestoras vinculadas.
- e) Providencie ações que visem à prestação de contas do Convênio n. 15/2011, se ainda não realizada.
- f) Providencie ações que visem a inscrição em dívida ativa dos tributos lançados e não arrecadados, conforme o Código Tributário daquele Município, bem como o melhor controle dos valores a receber, bem como as medidas legais necessárias para a cobrança dos valores devem compor o ativo da Prefeitura Municipal de Carauari;
- g) Providencie ações que visem ao recolhimento tempestivo das contribuições previdenciárias retidas ao respectivo instituto previdenciário.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 23/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2014)

h) Providencie ações que visem a aplicação dos recursos conforme as Leis orçamentárias daquele Município, bem como a observância da sua natureza econômica, já que a gestão dos recursos do instituto de Previdência daquele Município, devem observar a sua destinação conforme as normas aplicáveis aos Institutos de Previdência, inclusive seus limites legais, quanto as despesas e investimentos, que visem a manutenção da regularidade previdenciária, bem como o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto do Fundo Municipal de Previdência – FMPS de Carauari.

9.2 – Por maioria, nos termos do voto do Relator:

9.2.1 - Aplicar Multa ao responsável, **Sr. FRANCISCO COSTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Carauari**, no **VALOR TOTAL de 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inc. XXVI c/c art. 52 da Lei nº 2.423, de 10.12.1996, pelas seguintes irregularidades, não sanadas:

9.2.1.1 - de acordo com o art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), alterado pela Resolução n. 25 de 30 de agosto de 2012, da seguinte forma:

- no valor de R\$ **13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais, e trinta e seis centavos) pelo atraso referente a todos os meses do exercício de 2011, contrariando o art. 4º da Resolução n. 7/2002 – TCE, pelos atrasos de 497, 482, 452, 422, 391, 361, 330, 299, 269, 238, 208 e 146 dias, respectivamente, no encaminhamento a este Tribunal de Contas dos **balancetes financeiros, via Sistema ACP**.

- no valor de **11.847,64** (onze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do **art. 308, inciso VI**, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), alterado pela Resolução n. 25 de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes irregularidades não sanadas, listadas a seguir:

a) impropriedades nas Cartas Convite do anexo I da notificação, conforme item 2 do Relatório, apurado pela Comissão de Inspeção durante os trabalhos in loco;

b) realização de diversas despesas sem cobertura contratual que implicam grave ofensa aos princípios de Administração Pública, referente a Aquisição de Combustível, Gêneros alimentícios, Transporte Aéreo e Material de Consumo, conforme item 3 do Relatório;

c) inobservância do art. 38 da Lei 8.666/93, pela ausência de protocolo e numeração dos processos;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº 23/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2014)**

d) inexistência de projeto básico na execução de obra, em desacordo com os preceitos do art. 7º, inciso I c/c § 2º, inciso I, da Lei 8.666/93, conforme item 5 do Relatório.

e) ausência do ato de designação da comissão de licitação ou responsável pelo convite, exigido pelo art. 38, III da Lei 8.666/93;

f) ausência de pareceres jurídicos ou emissão de parecer sem referência ao certame a que se refere, em inobservância ao art. 38, VI da Lei 8.666/93;

g) ausência de documentos referentes à regularidade jurídica e fiscal, prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia, em desacordo com as normas licitatórias e ao instrumento convocatório;

h) inobservância dos itens 6.4, 6.5, 6.6, 6.8, 6.10 e 6.11 dos instrumentos convocatórios e desatendimento a itens do edital em que se estabelecem regras de assinatura e rubricas, a obrigação de informar os valores por extenso e a ausência de credenciamento dos licitantes e dos envelopes rubricados, contrariando a Lei nº 8.666/93;

i) ausência de justificativas para as contratações diversas dos casos autorizados pelo art. 25 e seus incisos de I a III, da Lei 8.666/1993, por meio de inexigibilidade de licitação, assim como, sem comprovação de inviabilidade de competição, conforme item 12 do Relatório;

j) Ausência de justificativas para a realização de contratos de locação de imóveis à disposição do gabinete do Prefeito oriundos de dispensa por emergência, realizados pelo período de 12 meses, além do prazo de 180 dias para os casos emergenciais.

k) aplicação de recursos na educação abaixo do limite constitucional (25%), já que a Comissão de Inspeção apurou que o valor aplicado na Educação foi de 23,26%;

l) não cumprimento do piso salarial nacional instituído pela Lei 11.738/2008 para os profissionais da educação básica, no valor de R\$ 1.187,97;

m) ausência de justificativas para o não recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao INSS;

n) ausência da fase de liquidação da despesa nos processos de pagamento, em desacordo com o art. 62 da Lei 4.320/64;

o) constatação de desatualização do livro tomo e falta de controle dos bens patrimoniais, contrariando o disposto no art. 94 da Lei 4.320/64;

p) ausência do termo de responsabilidade dos detentores de bens patrimoniais, com ofensa ao art. 75, II e art. 94 da Lei 4.320/64;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 23/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2014)

q) ausência da Anotação de Responsabilidade Técnica do contrato 06, 07, 08, 09/2010 e 18/2010;

r) ausência do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços objeto do Contrato 018/2011;

s) ausência dos termos aditivos aos contratos 05 e 06/2010 e 18/2011

t) ausência do Termo Aditivo de Serviços aos Contratos 05/2010 e 018/2011, bem como ausência de justificativa para o aditivo.

u) ausência, na prestação de contas, da conciliação bancária das contas BASA (agência 115, contas 202002-9 e 202001-0);

v) ausência do extrato bancário da conciliação da conta 647036-2, agência 0115-5, banco 104;

x) ausência de justificativas para a realização de despesas ordinárias com utilização de recursos do Fundo Municipal de Previdência Social (C/C nº 8394-1, Ag. 1037-5, Banco do Brasil 001).

9.2.2 - Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72º, III, a, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles pela aplicação de multas de valores inferiores, calculados à época dos fatos. Vencido o Conselheiro Julio Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa por atraso no ACP.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de maio de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE

Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição